

A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul

José Antônio Alonso*

Economista da FEE

Resumo

A rede urbana do Rio Grande do Sul conta com quatro aglomerações urbanas institucionalizadas, uma metropolitana (Região Metropolitana de Porto Alegre) e três de caráter não metropolitano: Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune); Aglomeração Urbana do Sul (Ausul) e Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinorte). Este estudo tenta mostrar que há, no Estado, pelo menos a emergência de duas outras aglomerações descontínuas, uma sob o comando de Santa Maria, localizada na porção central do Estado e a outra sob o controle de Passo Fundo, no Planalto Rio-Grandense. Apesar da ausência de conurbação entre esses dois centros e as cidades do seu entorno, observam-se fortes laços de integração, revelados pelos movimentos pendulares com a finalidade de estudo e/ou trabalho e também pelos fluxos de passageiros das linhas regulares de transporte coletivo intermunicipal. Outros estudos classificaram Passo Fundo como fazendo parte de aglomeração descontínua, mas com uma configuração territorial distinta da apresentada aqui, e Santa Maria apenas como um Centro Sub-Regional, igualmente diferente do papel definido neste trabalho.

Palavras-chave: aglomerações descontínuas; economia regional e urbana, desenvolvimento regional.

Abstract

The urban network of the State of Rio Grande do Sul has, at least, four well institutionalized agglomerations: the Greater Porto Alegre Metropolitan Area, the Northeastern Urban Agglomeration (Aune), the Southern Urban Agglomeration (Ausul) and the North Coast Agglomeration (Aulinorte). The present paper intends to show that there are, at least, the emergence

* E-mail: alonso@fee.tche.br

O autor agradece aos colegas do Núcleo de Desenvolvimento Regional, Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Ricardo Brinco, Iván Peiré Tartaruga e Rosetta Mammarella, pela leitura e pelas críticas e sugestões, isentando-os dos equívocos eventualmente remanescentes. Agradece, ainda, ao estagiário Rodrigo Aguiar pela dedicada organização das informações.

of two other discontinued urban agglomerations, one under the influence of the town of Santa Maria, in the Central Region of the State, and the other dependent of Passo Fundo, in the Riograndense Plateau. Although there is no conurbation between these two central places and the towns geographically close to them, there is strong evidence of integration shown by flows of commuters who either go to their workplace, to school or both. The population also travels easily by bus from the peripheral areas to the mentioned central places and back to their home towns by the intermunicipal bus transportation system. Other studies have classified Passo Fundo as part of a discontinued agglomeration with towns lying outside its geographical boundaries and Santa Maria as a Regional Center playing a different role from the one defined in the present paper.

Key words: discontinued urban agglomerations; urban and regional economics; regional development.

Introdução

O fenômeno aglomerativo é tão antigo quanto a espécie humana, que evoluiu se organizando de forma comunitária, isto é, reunindo, tão próximo quanto possível, os indivíduos e/ou os grupos de indivíduos. Todavia foi com o advento do capitalismo que esse fenômeno ganhou força, através da estruturação das cidades e dos sistemas de cidades (Singer, 1977, p. 137-152). Ao longo da história, a lógica econômica levou as unidades de produção (empresas) a elevarem suas escalas na busca incessante de reduzir custos. O aumento das escalas só pode ser alcançado mediante a reunião (aglomeração) de recursos em uma ou poucas unidades de produção, dadas as tecnologias em vigor.

Isso não é suficiente para assegurar a reprodução do capital em nível mais geral. A imposição da proximidade territorial das unidades de produção, por motivos puramente econômicos, não ocorre isoladamente, mas surge associada a movimentos semelhantes realizados pelas populações. Portanto, a aglomeração, ou a proximidade das produções e das populações, constitui um elemento essencial da organização econômica e social, impondo-se em termos tanto micro quanto macroeconômicos.

Do ponto de vista da localização, as atividades industriais e de serviços tendem à concentração espacial, à aglomeração, sendo, portanto, tipicamente urbanas; enquanto as atividades da agropecuária tendem à dispersão no território, tendo um caráter desaglomerativo. Isso não quer dizer que esses setores operem separadamente, havendo, ao contrário, uma intensa

relação intersetorial entre eles, o que assegura a reprodução global do sistema.

Quando se discute o fenômeno aglomerativo que caracteriza as atividades industriais e de serviços e que dá origem às áreas urbanas ou às cidades,¹ o primeiro elemento a ser considerado reporta-se à questão do tamanho e da distribuição dos núcleos urbanos no território. Com relação ao tamanho, observa-se que existe uma hierarquia entre os centros e que esta é estabelecida por distintas escalas urbanas, definindo-se, assim, graus de aglomeração diferenciados. A distribuição geográfica da rede de cidades, por sua vez, depende dos movimentos iniciais de ocupação do território, do ambiente natural e da formação histórica que se desenvolve ao longo do tempo.

O segundo aspecto a ser considerado é a proximidade física (acessibilidade) e a intensidade das relações que se estabelecem entre as cidades de diferentes tamanhos. Nesse sentido, o desenvolvimento acaba por aproximar fisicamente e intensificar os fluxos econômicos, sociais, culturais e políticos, de tal forma que se estabelece uma nova figura no cenário das cidades, a da aglomeração urbana, sustentada economicamente pelo fenômeno das economias de aglomeração.

A teoria econômica "convencional" reconhece, pelo menos, três tipos de economias que levam à ocorrência de aglomeração de atividades e de população. O primeiro

¹ O fato de se discutir o fenômeno aglomerativo no âmbito das atividades industriais e de serviços não significa que se está ignorando o papel da agropecuária na formação das cidades e das aglomerações urbanas. Ao contrário, a estrutura e a dinâmica do meio rural são elementos importantes na determinação da natureza e da densidade da rede urbana.

é formado pelas **economias de escala**, representadas por ganhos em termos de redução de custos unitários e/ou pelo aumento de produtividade que ocorrem no plano da unidade produtiva; são as economias internas à firma. O segundo conceito refere-se às **economias de localização**, que se dão no interior da indústria e representam vantagens que as firmas de um mesmo segmento auferem por estarem próximas umas das outras, isto é, por estarem aglomeradas; são ganhos internalizados pelas firmas, mas que se formam fora das mesmas. O terceiro conceito é relativo às **economias de urbanização** criadas em um ambiente urbano e geradas e auferidas, simultaneamente, por todas as empresas de todos os setores; são, portanto, economias formadas fora do âmbito das firmas (Ferreira, 1989). Esse conjunto de economias internas (de escala) e externas (de localização e urbanização) só tem possibilidades de surgir e de se difundir em um contexto urbano, mais precisamente, em um cenário aglomerativo urbano.

A aglomeração urbana pode assumir diferentes escalas, características e complexidades, obedecendo também a uma hierarquia. No topo dessa hierarquia, estão as aglomerações metropolitanas, que comandam, articuladamente, um conjunto de outras aglomerações e de centros urbanos de menor porte, formando as chamadas redes urbanas.

Neste texto, pretende-se definir dois casos de aglomerações, cuja emergência parece flagrante, na rede urbana do Rio Grande do Sul. Tais aglomerações se destacam não só pelo tamanho das cidades-núcleo (Santa Maria e Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau), mas também pela intensa vida de relações por elas mantidas com as cidades do seu entorno. Para tanto, é necessário desenvolver uma discussão a respeito dos critérios a serem utilizados para determinar os limites geográficos regionais dessas duas formações. A hipótese básica é a de que os referidos centros urbanos e suas territorialidades imediatas assumiram, nas últimas décadas, um papel e uma formação regional algo próximo das que caracterizam as aglomerações urbanas não metropolitanas já institucionalizadas no Estado.

Procedimentos para determinação de aglomerações não metropolitanas

As metodologias e os critérios utilizados para definir a formação de aglomerações urbanas contemplam, via

de regra, o cumprimento de duas tarefas essenciais. A primeira consiste em identificar uma ou mais cidades-núcleo, cujo papel é o de exercer o comando regional sobre a rede urbana que as circundam. A segunda tarefa, mais complexa, é a de determinar os “limites” territoriais da área de abrangência da aglomeração que se busca definir. Neste trabalho, será usada uma combinação da metodologia proposta por Davidovich e Lima (1975), ajustada, e dos procedimentos, igualmente ajustados, utilizados no estudo **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil** (IPEA; IBGE; Unicamp, 2000). Serão consideradas também algumas questões sobre o tema dos limites e das relações entre o urbano e o rural, levantadas por Veiga (1999; 2001; 2003).

O estudo de Davidovich e Lima (1975) discute as questões que envolvem as aglomerações urbanas a partir da hierarquia que se estabelece entre elas. No topo dessa hierarquia, estão as Aglomerações Urbanas Metropolitanas (AUMs) ou as Regiões Metropolitanas (RMs)², cujo traço mais marcante é o da conurbação das manchas urbanas municipais. Além disso, sobressaem-se os problemas de natureza comum nas áreas de transportes, saneamento, meio ambiente e desenvolvimento industrial. Em um nível imediatamente abaixo estão as Aglomerações Urbanas Não Metropolitanas, que apresentam alguns traços das formações metropolitanas, mas não todos. Essas aglomerações podem ainda ser classificadas em Aglomerações Urbanas Não Metropolitanas “Contínuas”³, por exibirem a incidência de conurbação em alguns pontos do seu território, e Aglomerações Urbanas Não

² Segundo Davidovich e Lima (1975, p.51), a metropolização é o resultado do crescimento de uma cidade central com características específicas, cujo traço dominante é o da alta especialização do uso do solo. O desdobramento desse movimento é a suburbanização dos municípios contíguos, que assumem as funções de núcleos-dormitórios e/ou industriais, estabelecendo-se, assim, um distanciamento considerável entre os locais de residência e de trabalho. Em estágios mais avançados, alguns tipos de serviços acabam se descolando da cidade central e se movem para os centros urbanos que avançaram mais na escala industrial.

³ Para Davidovich e Lima (1975), esse tipo de aglomeração pode resultar da expansão de uma cidade central, que tem os mesmos ingredientes das áreas metropolitanas, isto é, a incidência de núcleos-dormitórios e/ou industriais contíguos, mas sem atingir as dimensões e a diversificação funcional metropolitana. Podem resultar, ainda, da expansão simultânea de dois ou mais centros urbanos de portes semelhantes, que tendem a se conurbar. Há também aglomerações resultantes da formação de cidades geminadas em função da integração do próprio sítio geográfico.

Metropolitanas “Descontínuas”⁴, que se passará a chamar de Aglomerações Descontínuas, cujas características básicas são a ausência de conurbação e a presença de intensos fluxos de população, de mercadorias e de serviços de toda ordem.

A operacionalização dessa hierarquia, proposta por Davidovich e Lima, abrange um conjunto de critérios e parâmetros, em função dos quais são definidas as várias categorias de aglomerações. O objeto deste estudo é a identificação e a definição de aglomerações de caráter descontínuas emergentes no Rio Grande do Sul. Por essa razão, destacar-se-à a contribuição dessas autoras no que respeita à identificação das diferentes formas de concentração urbana, abaixo do nível metropolitano, e seus limites.

A definição das cidades-núcleo de aglomerações, abaixo do nível metropolitano, deve contemplar os centros urbanos que tenham, no mínimo, 100.000 habitantes ou as aglomerações formadas em torno de duas ou mais cidades-núcleo, cujas populações perfaçam um mínimo de 75.000 habitantes. Para realizar a delimitação das aglomerações, Davidovich e Lima (1975) propõem dois tipos de critérios: os de caráter urbano e os de integração.

Os critérios urbanos abrangem a demografia e a estrutura econômica. No primeiro caso, para fazer parte de uma aglomeração urbana, o município deve apresentar uma densidade demográfica de, no mínimo, 60 habitantes/km². Do ponto de vista da estrutura econômica, deve ter um engajamento de sua População Economicamente Ativa (PEA) em atividades urbanas (indústria e serviços) de, no mínimo, 65%. Há ainda critérios complementares, como o da inclusão de municípios que, embora não preenchendo os parâmetros mínimos, já denotem sinais evidentes de transformação (Davidovich; Lima, 1975, p.53) ou, ainda, que demonstrem crescimento demográfico elevado de, no mínimo, 45% no último período intercensitário.

Os critérios de integração referem-se às inter-relações de caráter econômico, social, cultural e político

mantidas pelos municípios de uma mesma aglomeração. A aferição desses movimentos, à época, levou as autoras a proporem o uso da relação Pessoal Ocupado (Censo Industrial)/PEA (Censo Demográfico). Se o índice fosse superior a 1,00, o município funcionaria como foco de atração de mão de obra; sendo inferior a 1,00, tenderia a caracterizar-se pela função de núcleo-dormitório ou desempenharia um papel secundário na formação da aglomeração. Sugerem, ainda, o usados fluxos de chamadas telefônicas, de transportes coletivos intermunicipais e de mercadorias e capitais.

A metodologia utilizada pelo IPEA; IBGE; Unicamp (2000), no estudo **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**, incorporou a proposta de Davidovich e Lima (1975), mas contemplou um conjunto mais amplo de critérios e de parâmetros, valendo-se de uma base maior de informações disponíveis. De qualquer forma, levou também em conta os mesmos aspectos fundamentais já referidos e relativos à natureza demográfica, à estrutura ocupacional e de integração entre os núcleos de uma aglomeração.⁵

Os critérios utilizados foram: centralidade (área de influência dos centros urbanos)⁶; centros decisórios/relações internacionais (presença de centros decisórios e de fluxos de relações com a rede urbana brasileira e a rede mundial de cidades); escala da urbanização (dimensão do processo de urbanização, complexidade/diversificação da economia urbana (presença e articulação entre setores econômicos); e diversificação do setor Terciário (grau de diversificação/complexidade das atividades de serviços).

A aplicação desses critérios de classificação da rede urbana levou à definição das seguintes categorias urbanas que constituem a hierarquia de cidades do País:

- Aglomerações Metropolitanas⁷;
- Aglomerações Pré-Metropolitanas;
- Aglomerações Urbanas (Maior Porte);
- Aglomerações Urbanas (Menor Porte);
- Aglomerações Descontínuas;
- Eixos Articulados;
- Ocupações Contínuas de Fronteira;

⁴ São aglomerações formadas por cidades de municípios contíguos, cuja integração é feita por complementaridade de funções e não por coalescência, ou seja, não há espaço urbanizado contínuo (Davidovich; Lima, 1975, p. 51). Os autores do estudo do IPEA, IBGE e Unicamp (2002, p. 368) trabalharam com um conceito semelhante ao de Davidovich e Lima. Para eles, as aglomerações descontínuas têm “características de elevada população e densidade, alto grau de urbanização e PEA urbana, esse tipo de centro difere das aglomerações anteriores (que possuem ocupação urbana contínua, grifo do autor) por apresentar menor peso econômico, inexistência ou apenas tendência à formação de manchas contíguas de ocupação, porém com centros descontínuos fortemente articulados e envolvidos na mesma dinâmica socioeconômica”.

⁵ Uma extensa discussão sobre a metodologia, critérios e parâmetros utilizados pode ser encontrada em IPEA; IBGE; Unicamp (2002, p. 47-52).

⁶ Nesse caso, foram aproveitados os resultados do estudo realizado pelo IBGE (1993) sobre a área de influência das cidades no Brasil.

⁷ No estudo sobre a Rede Urbana não foram usadas as Regiões Metropolitanas definidas por lei e, sim, uma versão expandida das mesmas.

- Ocupações Contínuas Litorâneas;
- Centros Regionais;
- Centros Sub-Regionais.

Insatisfeito com a fragilidade metodológica e a imprecisão conceitual que envolve as categorias relativas ao urbano e ao rural no País, o Professor José Eli da Veiga desenvolveu intensa discussão sobre o tema, começando com uma forte crítica à concepção normativa ainda vigente, que orienta o cálculo do grau de urbanização, por ele denominada de “entulho varguista”. Na verdade, até 1938, não havia no Brasil nenhum dispositivo legal definindo o que devia ser considerado uma cidade (área urbana) e, em contrapartida, as áreas rurais. Foi o Decreto-Lei nº 311, baixado pelo Estado Novo em 1938, que considerou como cidades todas as sedes municipais (os primeiros distritos). Veiga (2001) chama atenção para o fato de esses dispositivos institucionais terem sido mantidos nas Constituições de 1946, 1967 e 1988, estando em vigor, portanto, nos dias atuais. Daí decorrem equívocos, segundo o autor, como o de considerar o Brasil como um país urbano, com uma taxa de 81,1% da população vivendo nas cidades.

Em contraposição ao *status quo* institucional, há a concepção analítica que abrange diversas abordagens em ciência regional, como os estudos sobre hierarquia, sistemas e redes de cidades. Com essa concepção, conforme citado por Veiga (2001, p. 2),

[...] a excelente Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil indica que, entre o Censo de 1991 e a Contagem de 1996, a população das áreas urbanas (12 aglomerações metropolitanas, 37 aglomerações não metropolitanas e 62 centros urbanos) passou de 54% para 55,3%.

Esse estudo concluiu também que, nesse período, as pequenas cidades apresentaram um saldo migratório negativo em quase todas as regiões do País.

Veiga faz um reparo ao estudo do IPEA; IBGE; Unicamp (2000). Constata que, para aproximadamente 90% dos municípios que não fazem parte de áreas metropolitanas e não metropolitanas e também não são centros urbanos, há somente uma genérica conclusão, já apontada acima, sobre os resultados dos saldos migratórios das pequenas cidades. Para esse autor, tal afirmação não se teria confirmado se a tipologia (IPEA; IBGE; Unicamp) tivesse sido aplicada a esse universo de 5.052 municípios. Para superar essa deficiência, Veiga realizou uma avaliação utilizando a técnica de *Cluster Analysis* (Análise Multivariada) e o critério de corte por classe de tamanho populacional relacionado com as respectivas densidades demográficas. Desse exercício, resultaram três categorias de municípios:

[...] a dos esvaentes, que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas); a dos letárgicos, que também tiveram perdas relativas, mas assim mesmo cresceram em termos absolutos em compassos não muito distantes ao de seus respectivos Estados; e a dos atraentes, que tiveram crescimentos superiores aos de seus Estados (Veiga, 2001, p. 9).

O trabalho de Veiga representa um avanço (o sepultamento técnico do entulho varguista), no sentido de esclarecer os vários aspectos que envolvem tanto os territórios urbanos quanto os rurais, mas, principalmente, aqueles recortes que representam “áreas cinzentas” ou de transição entre o rural e o urbano. Da mesma forma, aplica-se, ainda, a extensos territórios, cuja rede urbana é constituída por pequenos centros urbanos, com ocupação rarefeita, baixas densidades e grande carência de infraestrutura e de serviços tipicamente urbanos.

Retomando o objeto deste texto, que é a identificação de formações não metropolitanas no Estado, formula-se a hipótese central da investigação, com base na idéia de que há dois recortes territoriais com tais características — um no entorno de Santa Maria e outro circundando Passo Fundo —, o que os configura como Aglomerações Descontínuas emergentes. Para se desenvolver o trabalho de reconhecimento e de delimitação dessas aglomerações, far-se-á uso dos já comentados estudos de Davidovich e Lima (1975), IPEA; IBGE; Unicamp (2000), Veiga (2001; 2003) e dos resultados do estudo denominado **Rede de Influência das Cidades — REGIC do IBGE** (2008), bem como de seus critérios e parâmetros, com alguns ajustes julgados convenientes.

No presente estudo, a cidade-núcleo da aglomeração urbana terá de contar com uma população mínima de 150.000 habitantes, portanto uma escala urbana bem maior do que a adotada por Davidovich e Lima nos anos 1970. Se, todavia, a aglomeração estiver formada em torno de mais de uma cidade-núcleo, a soma das suas populações deve atingir, pelo menos, 200.000 habitantes. Para delimitar a área das aglomerações, utilizou-se uma combinação de critérios usados nos estudos comentados acima e de outros definidos no âmbito deste trabalho. Uma primeira aproximação dessa delimitação pode ser obtida por meio da leitura cartográfica da distribuição geográfica dos centros urbanos localizados no entorno imediato da cidade-núcleo e que contam com ligação por rodovia pavimentada.

Com relação aos critérios urbanos, usualmente são utilizados o Grau de Urbanização (GU = População Urbana/População Total) e a Densidade Demográfica Municipal (População Total/km²). Nesse caso, está-se

substituindo a Densidade Demográfica Municipal pela Densidade Demográfica Urbana (DDU = População Urbana/ha), por considerar que esta última é mais representativa do fenômeno urbano⁸ do que o indicador relativo ao município. Outro indicador comumente utilizado é a participação das atividades econômicas urbanas (indústria mais serviços) no total das atividades econômicas do município (agropecuária mais indústria mais serviços). Essa relação, em geral, é calculada com base na PEA, o que será feito neste estudo. Utilizar-se-á ainda, a mesma relação calculada com o Emprego Formal da RAIS (EFR) e com o Valor Adicionado Básico (VAB) das Contas Regionais, igualmente uma variável de que os autores não dispunham, no passado, para os municípios brasileiros.

Relativamente aos critérios de integração, de extrema importância para a determinação da extensão territorial de qualquer aglomeração, far-se-á uso dos Movimentos Pendulares, com a finalidade de trabalho e/ou de estudo, proporcionado pelo Censo Demográfico de 2000. Além disso, serão utilizados os Fluxos Intermunicipais de Passageiros por Linhas Regulares de Ônibus.⁹ A literatura aponta, ainda, outras variáveis que poderiam representar esse critério, como, por exemplo, os fluxos interurbanos de chamadas telefônicas, de mercadorias e de capitais. Todavia não se dispõe de informações a esse respeito.

Aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul

A rede urbana gaúcha conta com quatro aglomerações urbanas institucionalizadas, uma de caráter metropolitano, a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e três de caráter não metropolitano: Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune); Aglomeração Urbana do Sul

(Ausul); e Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinorte). Além disso, há, pelo menos, duas aglomerações “descontínuas”, uma sob o comando de Passo Fundo, no Planalto Rio-Grandense, e outra sob o controle de Santa Maria, na porção central do Estado.

Essas duas cidades são as únicas no Estado que, em 2000, detinham população acima de 150.000 habitantes e que não pertenciam aos recortes já institucionalizados. A população urbana de Santa Maria era de 230.696 habitantes, e a de Passo Fundo era de 163.760 habitantes; portanto, atendendo o requisito para serem consideradas cidades-núcleo de aglomerações urbanas. Os centros urbanos que não fazem parte de nenhuma das aglomerações institucionalizadas e que estão mais próximos, em termos de tamanho urbano, de Santa Maria e Passo Fundo são Uruguaiana (118.538 habitantes), Bagé (96.392 habitantes) e Santana do Livramento (84.455 habitantes), todos localizados na faixa de fronteira com o Uruguai, justamente a área do Estado onde a rede urbana é mais rarefeita. Assim sendo, não contam com os atributos essenciais à formação de uma aglomeração, que são a proximidade espacial e a integração entre as cidades.¹⁰

Há também dois conjuntos de cidades, próximas umas das outras, que têm algumas características típicas das aglomerações urbanas, mas que não estão sob o comando regional de uma cidade-núcleo que se destaque pelo tamanho e pela influência econômica, social, política e cultural. A primeira situação é representada pelos Municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta, Panambi, Santa Rosa e Horizontina. Esse conjunto foi definido como Aglomeração Descontínua no Estudo sobre a Rede Urbana realizado pelo IPEA; IBGE; Unicamp (2000, p. 66). A segunda situação é a formada, basicamente, pelos Municípios de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela. O mesmo estudo (p. 64) considerou esses centros urbanos como fazendo parte da Aglomeração Metropolitana Expandida. Hoje, mais de uma década depois, seria preciso fazer uma nova avaliação sobre a estrutura e a dinâmica desses recortes territoriais, com a finalidade de compreender o papel que os mesmos desempenham atualmente no contexto sub-regional do Rio Grande do Sul. Passa-se, agora, ao objeto central deste texto, que é a discussão sobre as aglomerações de Santa Maria e Passo Fundo.

⁸ Certamente, os estudos anteriores não utilizaram a DDU por não disporem das informações relativas à extensão das áreas urbanizadas municipais. Neste estudo, usaram-se as estimativas das áreas urbanizadas realizadas pela Embrapa (2005), com imagens do satélite LANDSAT ETM, relativas aos anos de 2000 e 2001.

⁹ Considere-se que há, pelo menos, outras duas modalidades de transportes de passageiros entre as cidades das aglomerações urbanas. A primeira é relativa a um amplo sistema de transportadores autônomos, que servem a deslocamentos de estudantes que residem em uma localidade e estudam em outra, em geral à noite. A segunda modalidade é representada pelo transporte individual (automóveis), que serve a finalidades diversas de seus usuários.

¹⁰ Há um conjunto de cidades localizadas no entorno da faixa de fronteira, do lado brasileiro, que são menores ainda e, igualmente, estão distanciadas umas das outras e têm baixa integração. São os casos de Alegrete (75.092 habitantes), São Gabriel (53.176 habitantes).

Aglomeração Descontínua de Santa Maria (ADSM)

O território que abrange a “área de influência” de Santa Maria se situa em uma área de transição entre o Planalto e a Campanha, o que se poderia chamar de Centro Ocidental Rio-Grandense, denominação da Mesorregião 3 do IBGE. A economia dessa área está centrada, fundamentalmente, em serviços (em torno de 70% do VAB em 2006), secundados pela agropecuária (14,71%) e pela indústria (14,42%). A produção da agropecuária é relativamente diversificada nos municípios onde predominam as pequenas e as médias propriedades¹¹ e relativamente especializada em alguns outros onde a estrutura fundiária é formada predominantemente por médias e grandes propriedades. O parque industrial dessa área é constituído por micro, pequenas e médias empresas, que, em geral, processam alguns produtos da agropecuária e produzem bens para o mercado regional. Os serviços são o “carro-chefe” da economia regional não só pelo que representam no total do VAB, mas também pela sua composição, onde predominam as atividades “modernas”, grande parte delas concentradas na cidade-núcleo (Santa Maria).

Santa Maria já está definida como o centro urbano principal dessa aglomeração. Trata-se de uma cidade que, desde a sua fundação, tem apresentado uma centralidade marcante, devido à sua localização estratégica na parte central do Estado. No passado, foi um importante nó de transporte ferroviário, ligando-se tanto com o norte (planalto) quanto com o sul (fronteira) e com o nordeste (RMPA e Aune) do Estado. Nesse sentido, concentrou grandes investimentos em serviços, nas áreas de educação, saúde, segurança e comércio, tornando-se um pólo de desenvolvimento, cuja influência geográfica, direta e indireta, tem longo alcance. Quando o papel do transporte ferroviário arrefeceu, a cidade já havia consolidado a sua centralidade e o seu comando regional, expresso em qualquer tipo de indicadores que se considere. Trata-se, portanto, de uma experiência de desenvolvimento cuja especificidade é única no Estado, já que a sua dinâmica é, em grande medida, exercida

por atividades terciárias e não pela indústria¹² e/ou pela agropecuária, a exemplo de outros municípios.

Além da escala e da ampla diversidade das atividades terciárias em Santa Maria, cabe destacar a principal especificidade dos serviços locais, que é dada pela natureza pública (estatal) de grande parte dos mesmos. Portanto, trata-se de um pólo de serviços públicos, onde se sobressaem o ensino de terceiro grau (a UFSM e algumas unidades privadas de ensino superior) e as atividades de segurança “nacional”, atendidas por diversas unidades do Exército Nacional e por uma Base Aérea, o que assegura, para a cidade, o ingresso mensal de uma substancial massa salarial (renda líquida gerada em outras regiões).

O comércio (atacadista e varejista) é um dos elementos importantes da centralidade exercida por Santa Maria, tendo expressão regional, na medida em que abastece grande parte da população dos municípios do seu *hinterland* imediato. Além disso, outras atividades terciárias, como serviços jurídicos, contábeis, financeiros e nas áreas de saúde e assistência social, reforçam a centralidade local. Some-se a esses atributos o fato de Santa Maria ser um dos centros políticos e religiosos mais relevantes do Rio Grande do Sul.

A questão, agora, é determinar-se a extensão territorial da aglomeração no entorno de Santa Maria. Para tanto, realizou-se uma primeira leitura cartográfica das ligações por via rodoviária pavimentada, considerando-se os aspectos distância e acessibilidade. A seguir, analisaram-se os indicadores dos critérios urbanos (Tabela 1) e os dos critérios de integração (Tabela 2), comparando-os, quando assim era o caso, com os

¹² Sobre a indústria de Santa Maria, cabe fazer um breve comentário.

O sonho da comunidade local sempre foi o de dotar a cidade de um *status* industrial. Para tanto, durante várias décadas, o esforço político foi dirigido no sentido de formular uma estratégia para atrair investimentos, para ampliar o parque industrial do município. O esforço maior ocorreu por conta dos investimentos públicos, tendo resultado na implantação de um distrito industrial na cidade, no final dos anos 1970. Além disso, diversos projetos industriais foram financiados por bancos oficiais, devido à ação política das lideranças locais. As décadas seguintes revelaram resultados frustrantes, na medida em que houve desindustrialização relativa. Em 1970, a indústria local gerava 0,59% do produto industrial do Estado; em 1980, a participação baixou para 0,50%; e, em 1990, já era de 0,41%. A indústria de Santa Maria somente passou a recuperar o terreno perdido a partir de 1999, quando alcançou a marca de 0,81%, chegando a 0,78% em 2002 e a 0,94% em 2006. Atingiu, assim, um resultado expressivo para um centro urbano que não acompanhou os movimentos industrializantes da economia brasileira no período pós-guerra. Uma discussão maior sobre a industrialização de Santa Maria no período 1939-80 pode ser encontrada em Alonso (1987).

¹¹ Os principais produtos da pequena e da média lavoura são: feijão, batata-doce, batata-inglesa, melancia, fumo, mandioca, cebola e laranja. As grandes e as médias propriedades, em geral, produzem soja e arroz, além de bovinos de corte.

relativos a municípios selecionados das aglomerações urbanas institucionalizadas do Estado (Tabela 3). Além disso, foram confrontados os resultados apurados nesse estudo com os obtidos pelo IBGE (2008) no estudo **Regiões de Influência das Cidades — REGIC: 2007**.

O exame das condições de acessibilidades entre a cidade-núcleo e os centros urbanos localizados no seu entorno imediato aponta 18 municípios que gravitam direta e intensamente em torno de Santa Maria. Os municípios são: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Restinga Seca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã (ver mapa anexo).

A Tabela 1 contém os indicadores relativos aos critérios urbanos desses municípios. Introduziu-se a “densidade demográfica urbana” para reforçar a “densidade demográfica municipal”, tradicionalmente utilizada pelos analistas. Julgou-se o primeiro indicador mais significativo que o convencionalmente utilizado, na medida em que revela a presença média da população em território tipicamente urbano. Comparando as densidades demográficas urbanas contidas na Tabela 1 com as equivalentes de outros municípios selecionados constantes da Tabela 3, observou-se que, na verdade, não há grande discrepância entre as duas séries.¹³

Os demais indicadores da Tabela 1 são reveladores do peso relativo do urbano em cada município. O grau de urbanização é o que apresenta menor expressividade, dado que pouco menos da metade (oito) dos municípios detêm mais de 50% da população total da cidade. Já os indicadores de caráter econômico (População Economicamente Ativa, Emprego Formal e Valor Adicionado Básico) revelam que as atividades urbanas são predominantes na composição da produção municipal. Esses atributos, combinados com a proximidade física e a fácil acessibilidade dos centros urbanos em relação à cidade-núcleo (Santa Maria), configuram um cenário típico de Aglomeração Descontínua. Obviamente, essa configuração influencia e é influenciada por toda uma estrutura agropecuária que representa o seu *hinterland*.

Analisa-se, agora, outro atributo essencial à formação de aglomerações urbanas, o da integração entre as cidades da região com a cidade núcleo, principalmente.

A Tabela 2 mostra o aspecto da integração através de duas variáveis importantes: os movimentos pendulares e o número de passageiros intermunicipais por linhas de ônibus regulares. No caso dos movimentos pendulares (trabalho e/ou estudo), o indicador que se construiu mostra o percentual da população total que se desloca diariamente para trabalhar e/ou estudar, predominantemente, em Santa Maria. Um exame apressado desse indicador pode levar o analista a conclusões equivocadas, na medida em que os percentuais são relativamente baixos em relação ao total da população.¹⁴ Para dirimir essa dúvida, contrastou-se a situação dos municípios da ADSM com a situação relativa a de alguns municípios selecionados de outras aglomerações urbanas do Estado (RMPA e Ausul), contidas na Tabela 3. A comparação revela que os movimentos pendulares tendem a obedecer a um padrão semelhante entre municípios com papéis similares nas aglomerações urbanas.¹⁵

O fluxo intermunicipal de passageiros contido na Tabela 2 revela que 28,42% das pessoas que saíram de Santa Maria tinham como destino as 18 cidades do seu entorno. Além de ser um indicador forte de integração, ele significa também um certo grau de autonomia da aglomeração. Deve ser considerado também que o movimento de pessoas entre a cidade-núcleo e os centros urbanos do seu entorno é aumentado pelos deslocamentos realizados em veículos particulares e no transporte coletivo, que não estão imputados nas estatísticas das linhas regulares de longo curso. Na verdade, a integração deve ser medida pelos passageiros

¹⁴ Deve ser lembrado que os percentuais da população total que fazem os movimentos pendulares revelados pelo Censo de 2000 referem-se a apenas duas atividades: o trabalho e o estudo. Há outras atividades que geram pendularidade, para as quais não temos informações. Faz-se referência a movimentos para compras de bens e serviços em geral, que, certamente, são significativos. A ocorrência de elevados percentuais da população que realiza movimentos pendulares somente é registrada por municípios de aglomerações metropolitanas com funções de cidade-dormitório.

¹⁵ Há pelo menos dois outros padrões de movimentos pendulares em municípios de aglomerações urbanas. O primeiro é constituído pelas cidades-núcleo em geral, que são mais receptoras do que emissoras desses movimentos diários de população. São exemplos desse padrão os casos de Santa Maria (1,30%), Porto Alegre (1,98%), Caxias do Sul (0,94%), Pelotas (1,08%), Passo Fundo (1,35%) e Rio Grande (0,92%). O segundo padrão ocorre em cidades do tipo dormitório, ou não, que estejam conurbadas com as cidades-núcleo. São cidades emissoras diárias de grandes contingentes de população. São exemplos desse padrão as cidades de Alvorada (25,57%), Esteio (22,49%), Eldorado do Sul (22,17%), Viamão (21,59%), Cachoeirinha (20,77%), Canoas (13,46%) e Capão do Leão (17,46%).

¹³ A comparação é necessária para evitar que uma leitura apressada das densidades demográficas urbanas possa levar o leitor a considerá-las muito baixas, o que enfraqueceria o caráter urbano dessas comunidades da aglomeração.

que saem mais os que chegam à cidade, supondo que essas duas grandezas tenham magnitudes semelhantes.

Comparando a definição territorial da ADSM a partir da sede da aglomeração (Santa Maria) com os resultados do **Estudo sobre a Rede Urbana** (IPEA; IBGE; Unicamp, 2000) e do último REGIC (IBGE, 2008), observam-se algumas semelhanças e também algumas divergências. A divergência maior em relação à configuração da ADSM aparece no **Estudo sobre a Rede Urbana** (IPEA; IBGE; Unicamp) e está no fato de que, nesse caso, a cidade de Santa Maria é classificada como Centro Sub-Regional 2, categoria que está localizada em penúltimo lugar na hierarquia urbana do País. Há reconhecimento da forte centralidade exercida na região como provedora de comércio e serviços especializados, mas sem eclipsar as sinergias regionais do seu entorno imediato, que resultassem em um nível mais elevado da hierarquia urbana (IPEA; IBGE; Unicamp, 2002, p. 74).¹⁶

A comparação com os resultados do Estudo sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), elaborado pelo IBGE (2008), revela algumas semelhanças com a formulação definida neste trabalho. O REGIC classifica Santa Maria e sua área de influência na categoria Capital Regional do tipo B, sendo esse o terceiro de uma hierarquia de nove níveis.¹⁷ A ADSM definida neste estudo é constituída por 19 municípios, nucleados por Santa Maria, sendo que, à exceção de Tupanciretã,¹⁸ todos fazem parte da área de influência direta de Santa Maria no REGIC. Há, todavia, nove municípios na lista do REGIC que não foram incluídos na ADSM, devido, principalmente, à distância que os separa de Santa Maria.

¹⁶ As razões que levaram à classificação de Santa Maria apenas como centro regional e não como Aglomeração Descontínua estão localizadas nas dificuldades de avaliar a integração existente entre esse centro urbano e os municípios do seu entorno. Isso fica claro no estudo (IPEA; IBGE; Unicamp, 2002, p. 47), quando os autores registram “[...] o grau de integração entre os municípios selecionados não pode ser mensurado, dada a ausência de informação sobre o movimento pendular de população. Cabe observar ainda que, [...] , foram consideradas integralmente tanto as aglomerações urbanas metropolitanas, definida por legislação específica, como as de nível não metropolitano, identificadas na década de 70, a fim de estudar o entorno que as constitui”.

¹⁷ Nessa categoria, estão classificadas ainda as cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo. Todos os demais centros urbanos, exceto Porto Alegre, estão classificados em categorias inferiores da hierarquia urbana do Brasil.

¹⁸ No REGIC, o Município de Tupanciretã está incluído na área de influência de Cruz Alta (Centro Sub-Regional B) juntamente com outros 10 municípios.

Tabela 1

Densidade demográfica municipal e urbana, grau de urbanização e participação relativa das atividades urbanas no total das atividades municipais, da Aglomeração Descontínua de Santa Maria (ADSM) e do Rio Grande do Sul — 2000

MUNICÍPIOS, ADSM E RS	DENSIDADE DEMOGRÁFICA MUNICIPAL (hab./km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA URBANA (hab./ha)	GRAU DE URBANIZAÇÃO (População Urbana/ Popula- ção Total)	PEA UR- BANA/ /PEA TOTAL	EMPREGO FORMAL URBANO/ /EMPREGO FORMAL TOTAL	VAB URBANO/ /VAB TOTAL
	2000	2000	2000	2000	2000	2002
Agudo.....	32,79	30,19	32,40	38,81	93,99	70,50
Dilermano de Aguiar.....	5,34	29,60	34,06	46,83	67,38	41,67
Dona Francisca.....	37,13	63,12	59,56	49,15	97,75	66,11
Faxinal do Soturno.....	41,29	111,27	59,89	68,00	99,04	82,15
Formigueiro.....	12,94	71,94	34,86	57,89	78,80	59,88
Itaara.....	26,54	90,03	72,41	72,52	93,81	79,36
Ivorá.....	18,96	18,96	27,98	33,93	100,00	52,22
Júlio de Castilhos.....	11,00	46,20	80,33	67,41	76,44	64,25
Mata.....	18,63	68,60	45,31	44,00	93,01	63,17
Nova Palma.....	17,95	72,35	42,21	43,87	99,67	63,99
Restinga Seca.....	17,11	41,35	49,92	62,70	89,32	69,84
Santa Maria.....	133,62	52,31	94,70	94,13	97,96	96,60
São João do Polêsine.....	31,96	28,82	38,65	54,07	97,12	65,48
São Martinho da Serra.....	4,89	21,18	24,03	42,25	77,04	34,78
São Pedro do Sul.....	19,20	26,83	69,64	61,18	85,20	75,22
São Sepé.....	11,33	32,35	76,87	74,79	81,10	68,11
Silveira Martins.....	20,95	28,35	40,61	53,86	97,17	56,55
Toropi.....	17,46	10,73	12,36	13,38	95,73	53,90
Tupanciretã.....	9,31	46,62	80,96	74,55	74,59	66,60
ADSM.....	29,59	47,45	80,28	78,80	94,20	83,30
Rio Grande do Sul.....	36,16	50,50	81,65	78,31	96,30	89,96

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil. Campinas/SP, 2005. Disponível em:

<<http://www.urbanizacao.cnpem.br/>>.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.fee.tche.br> .

IBGE.

RAIS/MTE.

Tabela 2

Movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo dos municípios da Aglomeração Descontínua de Santa Maria (ADSM) em 2000 e fluxo intermunicipal de passageiros por ônibus, em linhas regulares, em 1997 e 2007

MUNICÍPIOS, ADSM E RS	MOVIMENTOS PENDULARES: TRABALHO E ESTUDO	POPULAÇÃO TOTAL	MOVIMENTO PENDULAR/PO- PULAÇÃO TOTAL (%)	VIAGENS COM ORIGEM EM SANTA MARIA			
	2000	2000	2000	Número de Passageiros 1997	Município/ /ADSM (%)	Número de Passageiros 2007	Município/ /ADSM (%)
Agudo	258	17 455	1,48	3 399	1,20	6 785	2,20
Dilermando de Aguiar..	161	3 200	5,04	-	-	341	0,11
Dona Francisca.....	125	3 902	3,19	9 289	3,29	15 068	4,89
Faxinal do Soturno.....	477	6 841	6,98	3 985	1,41	841	0,27
Formigueiro.....	310	7 598	4,08	29 041	10,27	31 368	10,18
Itaara.....	520	4 578	11,35	-	-	-	-
Ivorá.....	146	2 495	5,83	1 678	0,59	2 601	0,84
Júlio de Castilhos.....	705	20 416	3,45	6 262	2,22	7 845	2,54
Mata.....	115	5 575	2,07	19 616	6,94	11 415	3,70
Nova Palma.....	245	6 312	3,88	18 681	6,61	30 876	10,02
Restinga Seca.....	535	16 400	3,26	41 383	14,64	59 534	19,31
Santa Maria.....	3 160	243 611	1,30	-	-	-	-
São João do Polêsine	191	2 745	6,95	-	-	-	-
São Martinho da Serra	133	3 246	4,11	-	-	3 217	1,04
São Pedro do Sul.....	882	16 989	5,19	35 551	12,58	39 043	12,67
São Sepé.....	705	24 621	2,86	42 133	14,91	38 599	12,52
Silveira Martins.....	128	2 571	4,96	17 506	6,19	14 716	4,77
Toropi.....	49	3 196	1,53	184	0,07	343	0,11
Tupanciretã.....	499	20 947	2,38	53 958	19,09	45 678	14,82
ADSM.....	9 341	412 698	2,26	282 666	100,00	308 270	100,00
De Santa Maria para RS.....	-	-	-	962 513	-	1 084 619	-
ADSM/RS (%).....	-	-	-	29,37	-	28,42	-
Rio Grande do Sul.....	542 756	10 187 842	5,33	-	-	-	-

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2000.
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).

Tabela 3

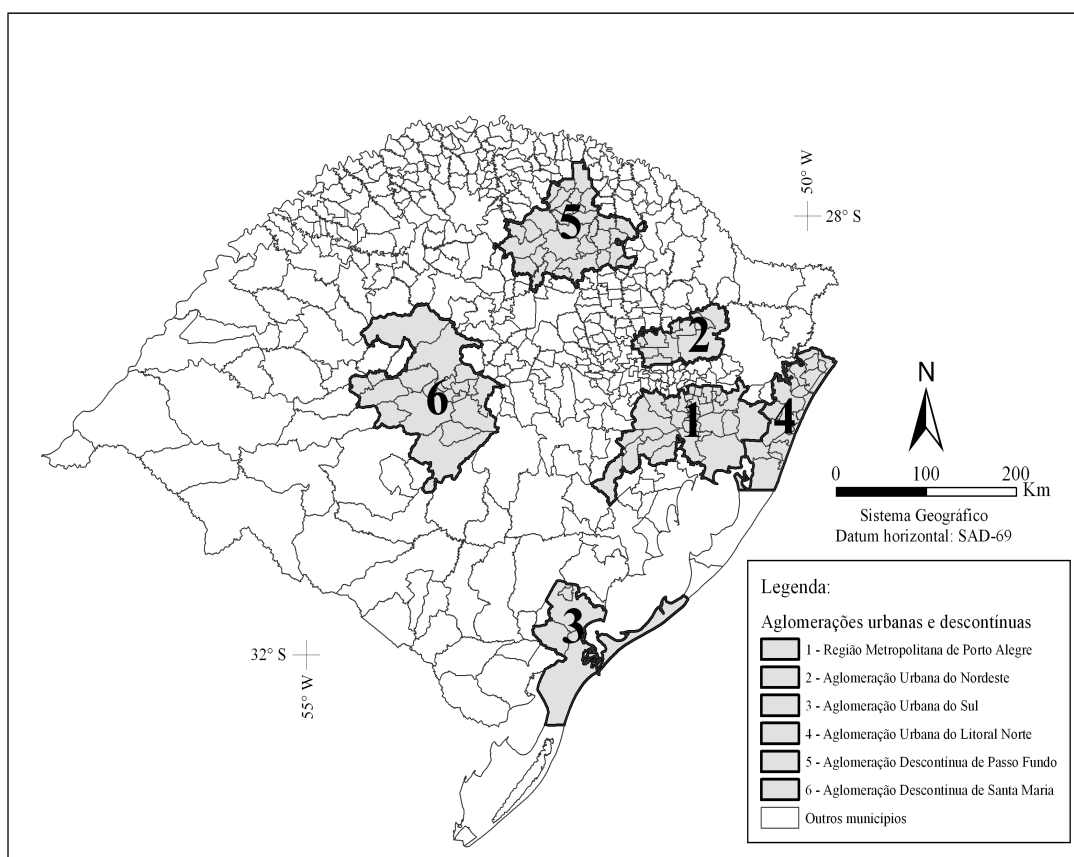
Densidades demográficas urbanas e movimentos pendulares relativos à população total de municípios selecionados de aglomerações urbanas institucionalizadas do Rio Grande do Sul — 2000

MUNICÍPIOS E RS	DENSIDADES DEMOGRÁFICAS URBANAS (hab./ha)	MOVIMENTOS PENDULARES/ /POPULAÇÃO TOTAL (%)
Charqueadas (RMPA).....	52,00	6,04
Montenegro (RMPA).....	55,80	5,45
Nova Hartz (RMPA).....	40,89	3,66
Santo Antônio da Patrulha (RMPA)....	50,31	5,07
São Jerônimo (RMPA).....	45,56	5,35
Sapiranga (RMPA).....	45,97	4,04
Triunfo (RMPA).....	42,97	4,13
Carlos Barbosa (AUNE).....	45,23	6,62
Farroupilha (AUNE).....	55,09	4,07
Flores da Cunha (AUNE).....	44,33	3,48
Santa Tereza (AUNE).....	14,96	4,05
São Marcos (AUNE).....	45,63	3,26
São José do Norte (AUSUL).....	137,25	2,19
Rio Grande do Sul	50,50	5,32

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil. Campinas/SP, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br>>.

Aglomerações urbanas e descontínuas no Rio Grande do Sul — 2009



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Cartografia: IBGE.
NOTA: Elaborado pelo NERU-FEE em out./09.

Aglomeración Descontínua de Passo Fundo (ADPF)

O recorte territorial que constitui a ADPF situa-se no Planalto Rio-Grandense, ocupando grande parte da Mesorregião Noroeste Rio-Grandense (IBGE), sendo constituída por 30 municípios, que, em 2006, geravam 6,16% do produto agropecuário, 4,43% do da indústria e 4,96% da oferta de serviços no Estado. A aglomeração representava 4,93% da produção total do Rio Grande do Sul.

A ADPF reveste-se de características um pouco distintas das apresentadas pela ADSM. A principal delas refere-se ao fato de que, nesse caso, há quatro cidades-núcleo (Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau), embora a maior centralidade esteja, inegavelmente, localizada em Passo Fundo. Outro aspecto, algo distinto, da situação de Santa Maria diz respeito ao fato de que a ADPF está situada no centro de uma formação regional, que teve como origem, basicamente, uma estrutura da propriedade da terra constituída, de forma predominante, por pequenas e médias propriedades.

Desse universo de pequenos e médios produtores, policultores e com uma ocupação territorial horizontalizada resultou a criação de uma rede urbana muito mais densa do que a encontrada na Metade Sul do Estado, por exemplo. Nesse recorte territorial do Planalto Rio-Grandense, sobressaem-se as quatro centralidades já referidas (Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau), que comandam um elenco de 26 municípios do seu entorno, sob a primazia de Passo Fundo. Formam, segundo a hipótese básica desse estudo, uma aglomeração de caráter descontínuo. Esses quatro municípios representavam, em 2000, 82,77% da população urbana, 25,36% da população rural e 73,95% da população total da aglomeração. Do ponto de vista econômico, essas quatro cidades geravam 82,58% da produção industrial e 82,08% da oferta de serviços da aglomeração em 2006. São indicadores inegáveis da centralidade exercida por esses quatro centros urbanos nessa parte do território estadual.

Observando as condições de acessibilidades entre as cidades-núcleo, capitaneadas por Passo Fundo, e os centros urbanos localizados no seu entorno imediato, concluiu-se que há 26 municípios que gravitam diretamente em torno dos mesmos. Assim sendo, os municípios que constituem a ADPF são: Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Carazinho, Ciriaco, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Erebangó, Erechim, Ernestina, Estação, Gentil, Getúlio Vargas,

Ibiaçá, Ipiranga do Sul, Jacutinga, Marau, Mato Castelhano, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Passo Fundo, Paulo Bento, Pontão, Quatro Irmãos, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Planalto, Sertão, Tapejara, Victor Graeff e Vila Langaro (ver mapa anexo).

As informações relativas aos critérios urbanos (Tabela 4) revelam semelhança dos indicadores representativos da ADPF quando comparados aos do Rio Grande do Sul, à exceção das densidades que, curiosamente, apresentam grandes diferenciais. De fato, a densidade municipal é mais elevada na ADPF (53,73 hab./km² contra 36,16 hab./km²) e menor no caso da densidade urbana (38,24 hab./ha contra 50,50 hab./ha). Uma leitura nas colunas relativas ao grau de urbanização da População Economicamente Ativa e do VAB urbano/VAB rural permite constatar que, na ampla constelação de centros urbanos que gravitam em torno das cidades-núcleo, é significativo o número de cidades que apresentam índices superiores a 50%, o que revela o caráter urbano dessas unidades.¹⁹

Os indicadores de integração tendem a ser mais representativos e consistentes para revelar o vigor das relações entre centros urbanos hierarquizados que constituem uma formação regional, com certo grau de autonomia interna, articulada e inserida em uma dinâmica mais ampla, que abrange o Estado e o País. A Tabela 5 mostra que os movimentos pendulares dos municípios da aglomeração, com a finalidade de trabalho e/ou de estudo, atingiram 2,13% da população. Certamente, essa marca seria bem maior se se dispusesse de informações sobre os deslocamentos para compras de mercadorias e serviços. Essa afirmação é corroborada pelos indicadores relativos aos fluxos intermunicipais de passageiros por linhas de longo curso. Esse indicador

¹⁹ Há autores que argumentam no sentido de que pequenos núcleos urbanos, localizados em territórios cuja estrutura econômica é predominantemente agrícola, não têm moto próprio, na medida em que se articulam quase exclusivamente com aquela base econômica. Nesse caso, a agropecuária é o móvel da dinâmica econômica regional. Logo, deduz-se que esse tipo de núcleo não tem características do urbano. Essa abordagem pode ser considerada apenas parcialmente verdadeira, porque não contempla todos os aspectos que permeiam a nebulosa dicotomia urbano-rural. É necessário considerar outras características que esses pequenos núcleos urbanos têm, que não são encontradas na organização territorial do rural. A aglomeração ou a proximidade física do casario e das pessoas, os tamanhos dos lotes, a organização e a disponibilidade das áreas de circulação, a reserva de áreas para equipamentos de consumo coletivo, escolas e serviços das cidades pequenas ou médias são muito distintas das encontradas em áreas rurais, onde a ocupação é dispersa e horizontal, do ponto de vista territorial. Além disso, a natureza de muitos itens de infraestrutura é distinta nos dois ambientes, o urbano e o rural.

revela que, aproximadamente, 32% de todos os deslocamentos da cidade primaz (Passo Fundo) foram realizados para centros urbanos da aglomeração em 2007. Esse mesmo indicador era de 29,22% em 1997.

Cabe lembrar que o estudo **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil** (IPEA; IBGE; Unicamp, 2000) já havia apontado a existência desse aglomerado na categoria Aglomerações Descontínuas, formado pelos Municípios de Passo Fundo, Carazinho, Marau e Erechim (IPEA; IBGE; Unicamp; Ipardes, 2000, p. 67). Esses quatro centros urbanos representam, neste estudo, justamente a nucleação do aglomerado que agora se definiu.

Tabela 4

Densidade demográfica municipal e urbana, grau de urbanização e participação relativa das atividades urbanas no total das atividades municipais, da Aglomeração Descontínua de Passo Fundo (ADPF) e do Rio Grande do Sul — 2000

MUNICÍPIOS, ADPF E RS	DENSIDADE DE- MOGRÁFICA MUNICIPAL (hab./km ²)	DENSIDADE DEMOGRÁ- FICA URBA- NA (hab./ha)	GRAU DE UR- BANIZAÇÃO (População Urbana/ Po- pulação Total)	PEA UR- BANA/ /PEA TO- TAL	EMPREGO FORMAL URBANO/ /EMPREGO FORMAL TOTAL	VAB URBANO/ /VAB TOTAL
	2000	2000	2000	2000	2000	2002
Água Santa.....	11,71	31,83	28,40	32,11	87,65	48,88
Almirante Tamandaré do Sul	-	-	-	-	-	45,12
Carazinho.....	65,92	32,74	93,96	89,54	90,59	92,51
Ciríaco.....	18,93	56,19	39,39	64,89	88,61	49,45
Coqueiros do Sul.....	10,49	21,84	29,83	24,22	74,70	42,07
Coxilha.....	7,08	44,02	54,41	45,14	67,22	30,65
David Canabarro.....	27,15	38,70	30,06	64,74	99,79	42,80
Erebango.....	19,25	53,64	65,33	50,12	89,36	54,92
Erechim.....	118,57	57,39	90,79	90,49	97,30	97,49
Ernestina.....	13,42	29,28	27,35	47,42	84,46	41,22
Estação.....	64,47	29,05	84,57	80,51	99,43	87,78
Gentil.....	9,66	12,90	26,82	38,45	92,39	39,99
Getúlio Vargas.....	57,82	43,76	82,65	78,33	96,47	83,35
Ibiaçá.....	13,16	72,68	51,14	38,93	92,82	57,61
Ipiranga do Sul.....	12,88	16,11	28,83	27,21	79,73	47,82
Jacutinga.....	18,96	57,96	50,24	44,21	88,68	55,96
Marau.....	46,44	50,03	80,58	77,24	96,81	88,75
Mato Castelhano.....	10,02	10,59	15,89	40,74	87,86	37,69
Não-Me-Toque.....	38,10	41,70	81,83	79,40	82,58	86,09
Nicolau Vergueiro.....	11,55	13,34	27,10	39,79	69,23	51,08
Passo Fundo.....	222,15	33,08	97,21	95,69	97,04	97,09
Paulo Bento.....	-	-	-	-	-	55,41
Pontão.....	7,46	29,33	27,66	29,23	66,03	41,21
Quatro Irmãos.....	-	-	-	-	-	36,46
Santa Cecília do Sul.....	-	-	-	-	-	36,40
Santo Antônio do Planalto....	9,66	24,58	45,23	55,82	91,41	50,98
Sertão.....	16,85	100,41	49,52	51,11	89,81	46,35
Tapejara.....	48,05	41,51	77,02	71,25	98,61	85,38
Victor Graeff.....	14,70	37,10	34,81	36,87	91,39	45,75
Vila Lângaro.....	14,74	6,25	10,10	31,12	96,51	40,67
ADPF.....	51,42	38,10	84,50	82,28	95,33	86,94
Rio Grande do Sul.....	36,16	50,50	81,65	78,31	96,30	89,96

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil. Campinas/SP, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpemembrapa.br/>>.
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <www.fee.tche.br>.
IBGE.
RAIS-MTE.

Tabela 5

Movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo dos municípios da Aglomeração Descontínua de Passo Fundo (ADPF) em 2000 e fluxo intermunicipal de passageiros por ônibus, em linhas regulares, em 1997 e 2007

MUNICÍPIOS, ADPF E RS	MOVIMENTOS PENDULARES: TRABALHO E ESTUDO	POPULAÇÃO TOTAL	MOVIMENTO PENDULAR/ POPULAÇÃO TOTAL (%)	VIAGENS COM ORIGEM EM PASSO FUNDO			
				Número de Passageiros 1997	Município/ ADPF (%)	Número de Passageiros 2007	Município/ ADPF (%)
Água Santa.....	205	4 127	4,97	-	-	-	-
Almirante Tamandaré do Sul.....	-	-	-	-	-	-	-
Carazinho.....	1 363	59 894	2,28	9 556	5,81	37 958	16,55
Ciríaco.....	140	5 252	2,66	2 265	1,38	-	-
Coqueiros do Sul.....	62	2 695	2,31	-	-	-	-
Coxilha.....	98	2 979	3,27	-	-	-	-
David Canabarro.....	205	4 740	4,32	11 594	7,05	11 629	5,07
Erebango.....	88	3 023	2,92	-	-	-	-
Erechim.....	1 515	90 347	1,68	74 652	45,42	73 360	31,99
Ernestina.....	304	3 941	7,72	4 702	2,86	-	-
Estação.....	341	6 228	5,48	-	-	-	-
Gentil.....	118	1 771	6,65	-	-	5 047	2,20
Getúlio Vargas.....	675	16 509	4,09	12 653	7,70	20 421	8,90
Ibiaçá.....	182	5 233	3,47	-	-	-	-
Ipiranga do Sul.....	82	2 057	3,99	-	-	-	-
Jacutinga.....	231	4 248	5,43	-	-	-	-
Marau.....	478	28 361	1,69	21 336	12,98	57 109	24,90
Mato Castelhano.....	83	2 454	3,38	-	-	-	-
Não-Me-Toque.....	298	14 413	2,06	703	0,43	6 589	2,87
Nicolau Vergueiro.....	89	1 812	4,93	-	-	-	-
Passo Fundo.....	2 269	168 458	1,35	-	-	-	-
Paulo Bento.....	-	-	-	-	-	-	-
Pontão.....	91	3 904	2,34	-	-	-	-
Quatro Irmãos.....	-	-	-	-	-	-	-
Santa Cecília do Sul..	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio do Pla- nalto.....	67	2 001	3,35	-	-	-	-
Sertão.....	377	7 466	5,05	15 034	9,15	-	-
Tapejara.....	408	15 115	2,70	11 871	7,22	17 231	7,51
Victor Graeff.....	168	3 924	4,27	-	-	-	-
Vila Lângaro.....	166	2 277	7,28	-	-	-	-
ADPF.....	10 104	463 229	2,18	164 366	100,00	229 344	100,00
De Passo Fundo pa- ra RS.....	-	-	-	562 549	-	717 948	-
ADPF/RS (%).....	-	-	-	29,22	-	31,94	-
Rio Grande do Sul....	542 756	10 187 842	5,33	-	-	-	-

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2000.
Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).

Considerações finais

A organização territorial de atividades e de população e sua evolução dependem, fundamentalmente, da dinâmica econômica nacional, das condições ambientais e do tipo de composição e das relações sociais que se estabelecem em cada recorte considerado. Conclui-se, a partir daí, que o mosaico de formações que aí se estabelecem é constituído por espaços econômicos que apresentam certa homogeneidade interna e acentuada heterogeneidade externa. Além disso, o sistema de cidades resultante assume arranjos com escalas múltiplas e características diversas, que abrangem desde as regiões metropolitanas, passam pelas aglomerações urbanas não metropolitanas e chegam a todas as demais constelações de cidades ao longo da hierarquia urbana.

No Rio Grande do Sul, há quatro aglomerações urbanas institucionalizadas, sendo uma delas a RMPA. Além dessas, os estudos sobre o sistema de cidades (Rede Urbana: 2000 e REGIC: 2007) apontam outros tipos de arranjos, sob as mais diversas denominações. Dentre esses arranjos, destacam-se dois recortes que merecem uma investigação mais detalhada. De um lado, o caso de Santa Maria e dos 18 centros urbanos localizados no seu entorno — refletindo uma dinâmica de integração cada vez mais intensa — sugere a emergência local de um cenário típico de uma Aglomeração Descontínua. De outro lado, a situação representada por Passo Fundo, Erechim, Carazinho e Marau, sendo que o primeiro exerce uma função primaz na região. Esse também é um caso de Aglomeração Descontínua que emerge no planalto gaúcho. Gravitam em torno desses quatro núcleos outros 26 centros urbanos de menor porte, mas com movimentos de integração muito intensos.

O estudo **Caracterização e Tendências da Rede Urbana** (IPEA; IBGE; Unicamp, 2000) classificou Santa Maria como Centro Sub-Regional 2 (CSR 2), abaixo de Caxias do Sul e Pelotas, classificados como Centros Sub-Regionais do tipo 1 (CSR 1). Estudo recente desenvolvido pelo IBGE (2008) coloca esses três centros em um “mesmo patamar”, ou seja, como Capital Regional B, exercendo forte influência sobre grande número de cidades que os circundam.²⁰ Por todas as razões

expostas neste estudo, parece claro que o mais correto seria reconhecer o recorte territorial formado por Santa Maria e o conjunto de centros urbanos que a circundam como uma Aglomeração Descontínua e não apenas mais como um Centro Sub-Regional 2, como até aqui vinha sendo considerado.

A situação de Passo Fundo é um pouco diferente nos referidos estudos, na medida em que foi classificado como fazendo parte de uma Aglomeração Descontínua juntamente com mais três centros urbanos: Erechim, Carazinho e Marau (IPEA; IBGE; Unicamp, 2000, p. 67). Na mesma página (Tabela 11), Passo Fundo, Erechim e Carazinho são classificados, individualmente, como centros urbanos de média dimensão,²¹ enquanto Marau é considerado, corretamente, como um centro urbano de pequena dimensão. O REGIC (IBGE, 2008) classifica Passo Fundo como uma das três Capitais Regionais do Tipo B do Rio Grande do Sul, o que significa dizer que exerce ampla influência no seu hinterland imediato.

A conclusão a que se chegou é que há sim a configuração de uma Aglomeração Descontínua no Planalto Rio-Grandense sob o comando regional de Passo Fundo em um primeiro plano, secundada por Erechim, Carazinho e Marau. Todavia considera-se que fazem parte dessa Aglomeração Descontínua outros 26 centros urbanos, que apresentam razoável grau de integração com as cidades-núcleo. O reconhecimento dessas duas aglomerações significa a oportunidade que o Estado tem de potencializar economicamente esses dois espaços, através de políticas públicas, com a finalidade de estabelecer uma força que opere para reduzir as desigualdades regionais e os desequilíbrios da rede urbana do Rio Grande do Sul. Finalizando, lembra-se que, excetuando as aglomerações institucionalizadas no Rio Grande do Sul, somente esses dois recortes regionais apresentam as características de centralidade de cidade(s)-núcleo e algum grau de integração interurbana.

²⁰ As categorias de centros urbanos da hierarquia estabelecidas no REGIC definem, para o Rio Grande do Sul, a existência de uma Metrópole (Porto Alegre), nenhuma Capital Regional do Tipo A e três Capitais Regionais do Tipo B (Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Maria). Todas as demais cidades estão classificadas em categorias que ocupam posição inferior na hierarquia urbana do Estado.

²¹ É difícil imaginar que Passo Fundo seja classificado na mesma categoria de Erechim e Carazinho. Em 2000, a cidade de Passo Fundo tinha o dobro da população urbana de Erechim e quase três vezes a de Carazinho.

Referências

ALONSO, José Antônio Fialho. Reflexões sobre a (des) industrialização de Santa Maria — RS. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO — SESM, 4 1987. **Santa Maria**: tendências e perspectivas; anais. [Santa Maria, 1987]

ALONSO, José Antônio Fialho. Reflexões sobre o desenvolvimento de Passo Fundo — RS: 1939-87. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 285-302, 1989.

DAVIDOVICH, Fany Rachel; LIMA, Olga Maria Buarque. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, n. 1, p. 50-84, jan.-mar 1975.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA — EMBRAPA. **Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil**. Campinas/SP, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br/>>.

FERREIRA, Carlos Maurício de C. As teorias da localização e a organização espacial da economia. In: HADDAD, P. R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza/CE: BNB/Etene, 1989.

IBGE. **Rede de influência das cidades**. Rio de Janeiro, 1993.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro, 2008.

IPEA; IBGE; UNICAMP. Configuração atual e tendências da rede urbana. In: —. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2002.

IPEA; IBGE; UNICAMP; IPARDES. Redes urbanas regionais — Sul. In: IPEA; IBGE; UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Brasília: IPEA, 2000.

KALIL, Rosa Maria Locatelli et al. Migração e urbanização: o caso da região de Passo Fundo. In: DAL MORO, Selina Maria; KALIL, Rosa Maria Locatelli; TECESCO, João Carlos. **Urbanização, exclusão e resistência**: estudos sobre o processo de urbanização da região de Passo Fundo. Passo Fundo: EDIUPF. 1998.

SINGER, Paul Israel. **Economia política da urbanização**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense; Cebrap, 1977.

VEIGA, José Eli. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., Belém. **Anais...** Belém, 1999. p. 1301-1318.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Editora Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento territorial do Brasil**: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. São Paulo: FEA/USP. SP. 2001. Disponível em:

<<http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/ultimos/entulho.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

